

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

THAMIRES ROCHA DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA NA REVISTA O CRUZEIRO NAS
DÉCADAS DE 1960 A 1975**

**TERESINA - PI
2024**

THAMIRES ROCHA DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA NA REVISTA O CRUZEIRO NAS
DÉCADAS DE 1960 A 1975**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual do Piauí como requisito parcial
para a conclusão do curso de Graduação em
Licenciatura Plena em História, sob a orientação da
Prof. Dra Viviane Pedrazzani.

TERESINA - PI
2024

THAMIRES ROCHA DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMINA NA REVISTA O CRUZEIRO NAS
DÉCADAS DE 1960 A 1975**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual do Piauí como requisito parcial
para a conclusão do curso de Graduação em
Licenciatura Plena em História, sob a orientação da
prof. Dra. Viviane Pedrazzani

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Viviane Pedrazzani
Orientadora

Prof. Mestre Mayra Izaura de Moura
Examinador

Prof. Dra. Barbara Bruma Rocha do Nascimento
Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de força, inspiração e sabedoria, por me sustentar em cada momento desta caminhada, guiando meus passos e fortalecendo minha fé, mesmo nos dias mais desafiadores.

Aos meus pais, que sempre foram exemplos de dedicação e amor incondicional. Obrigada por acreditarem em mim, por me ensinarem a lutar pelos meus sonhos e por estarem sempre ao meu lado, oferecendo apoio e encorajamento.

Ao meu esposo, pelo amor, paciência e compreensão que me sustentaram ao longo dessa jornada. Sua presença foi fundamental, me fortalecendo nas dificuldades e celebrando comigo cada conquista.

Aos meus filhos, que são minha maior alegria e motivação. Vocês me inspiram diariamente a ser uma pessoa melhor e a buscar um futuro mais promissor para nossa família.

Às minhas irmãs, por todo amor e companheirismo. Em especial, dedico este trabalho à memória de Thainara, que já não está entre nós, mas cujo amor e lembrança permanecem vivos em meu coração. Sua ausência é sentida, mas seu exemplo de vida continua sendo uma inspiração para mim.

Aos meus amigos da universidade, em especial ao meu grupo composto por Abraão, Eduardo Ferreira, Eduardo Macêdo, Ananda, Yamara, Márcio e Brenda que compartilharam comigo os desafios e conquistas dessa caminhada acadêmica. E um agradecimento especial a Abraão Braz, cuja amizade e parceria foram essenciais em momentos difíceis.

À minha orientadora, Viviane Pedrazzani, pelo acompanhamento dedicado, paciência e incentivo constante. Sua orientação foi indispensável para a realização deste trabalho, contribuindo para torná-lo significativo e enriquecedor.

A toda a equipe de professores da universidade, por sua dedicação, conhecimento e por me ajudarem a crescer, tanto academicamente quanto pessoalmente.

A todos vocês, minha mais profunda gratidão por fazerem parte dessa etapa tão importante da minha vida!

RESUMO

Este estudo analisa as representações da figura feminina na revista O Cruzeiro entre 1960 e 1975, utilizando o conceito de representação de Joan Scott como base teórica. Adotando uma abordagem histórico-cultural e análise de conteúdo, investiga como as mulheres foram retratadas em papéis diversos, como dona de casa, mãe ideal, consumidora e objeto de desejo. As edições digitalizadas da revista foram as fontes primárias, complementadas por autores que discutem gênero e mídia. Os resultados indicam que as representações refletiam os valores conservadores da época e dialogavam com as transformações impulsionadas pelos movimentos feministas, oferecendo insights sobre a perpetuação e ruptura de estereótipos de gênero.

Palavras-chave: Representação feminina; Revista O Cruzeiro; Gênero e mídia; Conservadorismo.

ABSTRACT

This study analyzes the representations of the female figure in the magazine O Cruzeiro between 1960 and 1975, using Joan Scott's concept of representation as a theoretical basis. Adopting a historical-cultural approach and content analysis, it investigates how women were portrayed in different roles, such as housewife, ideal mother, consumer and object of desire. Digitized editions of the magazine were the primary sources, complemented by authors who discuss gender and media. The results indicate that the representations reflected the conservative values of the time and were in dialogue with the transformations driven by feminist movements, offering insights into the perpetuation and rupture of gender stereotypes.

Keywords: Female representation; O Cruzeiro Magazine; Gender and media; Conservatism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - CARLOS MALHEIRO DIAS (1875-1941).....	30
FIGURA 2 - PRIMEIRA CAPA DA REVISTA O CRUZEIRO	31
FIGURA 3 - FOTO DE ASSIS CHATEAUBRIAND (1892-1968)	33
FIGURA 4 – CAPA DE O CRUZEIRO NO AUGUE DE SUA POPULARIDADE	35
FIGURA 5 - CAPA DA ÚLTIMA EDIÇÃO DA REVISTA O CRUZEIRO	40
FIGURA 6 - PROPAGANDA OMO	42
FIGURA 7 - PROPAGANDA DO ANGEL FACE DA POND’S	44
FIGURA 8 - PROPAGANDA DO LEITE NINHO.....	46
FIGURA 9 - PROPAGANDA DO REFRIGERADOR CONSUL.....	49
FIGURA 10 - PROPAGANDA DE VERÃO.....	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CAPITULO I: A MULHER E SEUS CONTEXTOS: HISTÓRICO, HISTORIOGRÁFICO E MOVIMENTO FEMINISTA.	12
2.1	Panorama global: principais movimentos feministas no mundo	13
2.1.1	A primeira onda do feminismo	13
2.1.2	A segunda onda do feminismo.....	14
2.1.3	A terceira onda do feminismo	15
2.2	Construção do movimento feminista.....	16
2.2.1	Influência internacional e avanços educacionais	17
2.2.2	Mobilização coletiva e redes de solidariedade	18
2.2.3	Avanços e desafios no mercado de trabalho	19
2.2.4	Conscientização sobre a violência de gênero	19
2.3	O contexto Histórico da Mulher no Brasil (1960-1975)	20
2.3.1	Impacto do regime militar e transformações políticas	21
2.3.2	Educação	21
2.3.3	Trabalho e participação econômica	22
2.3.4	Participação social e política.....	23
2.4	A representação da mulher nos periódicos do Brasil nas décadas de 1960-1975	25
2.4.1	Estereótipos e papéis tradicionais	25
2.4.2	A influência dos movimentos feministas.....	26
2.4.3	Mudanças na representação e relações de poder	27
3	capitulo 2: A representação da figura feminina na revista o cruzeiro (1960-1975)	29

3.1	História da Revista O Cruzeiro: fundação, sucesso e declínio	29
3.1.1	Fundação da Revista O Cruzeiro e Carlos Malheiro Dias	29
3.1.2	A liderança de Assis Chateaubriand: transformação e expansão de O Cruzeiro	32
3.1.3	O auge editorial e o sucesso popular	34
3.1.4	Adaptação ao regime militar e o declínio.....	38
3.2	Análise das imagens e textos sobre a mulher na revista	40
3.2.1	A mulher como dona de casa e guardiã do lar.....	41
3.2.2	A mulher como ícone de beleza e glamour	43
3.2.3	A mulher como figura materna ideal	45
3.2.4	A mulher no contexto do consumo	48
3.2.5	A mulher como objeto de desejo.....	50
4	Considerações Finais	53
5	REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

As representações femininas na mídia desempenharam um papel crucial na construção do imaginário social e na consolidação dos papéis de gênero em diferentes épocas. Entre as décadas de 1960 e 1975, o Brasil atravessava um período marcado pelo autoritarismo do regime militar e por profundas transformações sociais, o que influenciava diretamente a forma como as mulheres eram retratadas. Nesse contexto, a revista *O Cruzeiro* emergiu como um dos mais influentes veículos de comunicação, refletindo tanto os valores conservadores da época quanto as tensões geradas pelas mudanças sociais e pelos movimentos feministas em ascensão.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações femininas presentes na revista *O Cruzeiro* no período de 1960 a 1975. Essas representações, difundidas por meio de textos, propagandas e imagens, retratavam as mulheres em papéis como o de dona de casa ideal, mãe exemplar, consumidora moderna e objeto de desejo. Para embasar a análise, utiliza-se o conceito de representação, conforme discutido por Joan Scott, que considera as representações como construções discursivas capazes de refletir e reforçar as relações de poder e ideologias dominantes.

O interesse por esta pesquisa surgiu da relevância em compreender como a revista *O Cruzeiro*, enquanto um dos principais veículos de comunicação da época, contribuiu para moldar o imaginário social em relação à figura feminina. Além disso, o tema possibilita explorar como essas representações dialogavam com o contexto histórico e as mudanças culturais promovidas pelos movimentos feministas, proporcionando uma visão crítica sobre o papel da mídia na perpetuação de estereótipos de gênero.

O estudo adota uma abordagem histórico-cultural e a metodologia de análise de conteúdo, o que permite investigar as mensagens explícitas e implícitas transmitidas pela revista. As edições digitalizadas de *O Cruzeiro*, disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional, servem como fontes primárias para este trabalho, complementadas por obras teóricas sobre gênero, mídia e história cultural.

A pesquisa está estruturada em dois capítulos. O primeiro aborda o contexto histórico e historiográfico das mulheres, explorando o panorama global e nacional dos movimentos feministas, com ênfase nas décadas de 1960 a 1975 no Brasil. Já o

segundo capítulo foca especificamente na análise das representações femininas em O Cruzeiro, incluindo o contexto histórico da revista, sua fundação, ascensão e declínio, além de como suas páginas contribuíram para perpetuar estereótipos e dialogar com as transformações culturais e políticas daquele período.

Ao investigar as representações da mulher em O Cruzeiro, este trabalho busca compreender o papel desempenhado pela mídia na perpetuação de estereótipos de gênero e refletir sobre as dinâmicas de poder e as mudanças culturais que marcaram a sociedade brasileira nas décadas de 1960 e 1970.

2 CAPÍTULO I: A MULHER E SEUS CONTEXTOS: HISTÓRICO, HISTORIOGRÁFICO E MOVIMENTO FEMINISTA.

A trajetória das mulheres ao longo da história tem sido marcada por lutas e resistências em diversos contextos sociais e culturais. As estruturas patriarcais, presentes em praticamente todas as sociedades, impuseram as mulheres uma série de limitações, confinando-as a papéis subordinados e restringindo suas liberdades. Em resposta a essas opressões, os movimentos feministas surgiram como forças essenciais na luta pela igualdade de gênero, transformando o panorama social e político a partir do final do século XIX.

Este capítulo busca abordar as diferentes fases e contextos que moldaram as reivindicações feministas no mundo e no Brasil, destacando a relevância desses movimentos para a transformação do papel da mulher na sociedade. A análise começa com um panorama global das principais ondas feministas, as quais trouxeram à tona questões fundamentais como o direito ao voto, a igualdade no trabalho e a autonomia sobre o próprio corpo. Essas ondas, ao longo do tempo, impactaram diretamente o modo como as mulheres passaram a ser vistas e tratadas em suas respectivas sociedades.

No Brasil, o feminismo teve um desenvolvimento particular, adaptado às realidades políticas e culturais do país. Entre as décadas de 1960 e 1975, período de grande relevância para esta pesquisa, as mulheres brasileiras enfrentavam desafios específicos, tanto devido ao regime militar quanto às fortes tradições patriarcais que dominavam o cenário nacional. Esses aspectos serão analisados com mais profundidade, a fim de compreender o contexto histórico e social das mulheres brasileiras nesse período.

Além disso, este capítulo examina como as mulheres foram representadas nos meios de comunicação, especialmente nos periódicos da época. Essa discussão é fundamental para compreender como a figura feminina foi moldada e retratada pela mídia, preparando o terreno para a análise específica da revista O Cruzeiro no capítulo seguinte.

2.1 Panorama global: principais movimentos feministas no mundo

O movimento feminista, que ao longo dos séculos buscou a libertação das mulheres das amarras impostas pela sociedade patriarcal, pode ser dividido em três principais ondas, cada uma com seus objetivos, características e realizações. Essas diferentes fases marcam o desenvolvimento das lutas femininas e ilustram como o feminismo foi se adaptando às necessidades de cada época e contexto histórico.

2.1.1 A primeira onda do feminismo

A primeira onda do feminismo, que se estendeu do final do século XIX, até o início do século XX, foi marcada pela luta pelo direito ao voto e pela busca por direitos civis e políticos básicos. As mulheres, até então confinadas às esferas privadas da vida, começaram a se organizar para reivindicar sua participação na esfera pública. Este movimento foi particularmente forte no Reino Unido e nos Estados Unidos, onde se destacaram sufragistas. Lideradas por figuras como Emmeline Pankhurst e sua filha Christabel, no Reino Unido, as sufragistas empregaram estratégias de protesto que iam desde passeatas pacíficas até os atos de desobediência civil.

As demandas dessas mulheres estavam profundamente enraizadas na convicção de que as mulheres enquanto cidadãs deveriam ter o direito de influenciar as decisões políticas de suas nações. A filósofa e escritora inglesa Mary Wollstonecraft, em sua obra clássica *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), argumentava que as mulheres não deveriam ser vistas como inferiores aos homens, mas, ao contrário, como indivíduos racionais capazes de contribuir igualmente para a sociedade. Wollstonecraft afirmava: “As mulheres são em geral demasiado limitadas no exercício de sua razão para aspirar a uma verdadeira liberdade; estão tal como os seus filhos, ainda a aprender a pensar e agir livremente” (WOLLSTONECRAFT, 1792, p.87). Sua obra serviu como uma das bases filosóficas para as reivindicações femininas por igualdade.

Embora a primeira onda tenha conquistado vitórias importantes, como o direito ao voto em vários países, as questões estruturais de desigualdade permaneceram em grande parte inalteradas, destacando a necessidade de novas lutas e reivindicações. Conforme destaca Raquel Barreto (2018), as lutas das mulheres durante essa fase “foram pioneiras ao reivindicar direitos básicos, mas ainda careciam de uma perspectiva mais ampla sobre as desigualdades estruturais que afetavam diferentes grupos de mulheres” (BARRETO, 2018, p. 36).

2.1.2 A segunda onda do feminismo

A segunda onda feminista emergiu na década de 1960 e estendeu-se até a década de 1980, concentrando-se em questões mais amplas de igualdade de gênero, como os direitos reprodutivos, a igualdade no trabalho e a liberdade sexual. Diferente da primeira onda, que se concentrou em direitos legais e políticos, a segunda onda abordou as questões culturais e sociais que perpetuavam a subordinação das mulheres. As feministas dessa fase estavam fortemente preocupadas com o papel da mulher no lar e no mercado de trabalho, além de questionarem os padrões de comportamento que confinavam as mulheres ao ambiente doméstico.

Um dos textos mais influentes desse período foi *The Feminine Mystique* (1963), de Betty Friedan, que discutia a “insatisfação silenciosa” de muitas mulheres americanas da classe média, que se sentiam presas ao papel de donas de casa, sem oportunidades de realização pessoal fora do ambiente doméstico. Friedan apontava como a sociedade patriarcal relegava as mulheres a um papel submisso, limitando seu desenvolvimento intelectual e emocional. A autora defendeu que essa insatisfação resultava da opressão silenciosa imposta pela cultura patriarcal, que promovia a ideia de que a verdadeira felicidade da mulher era encontrada apenas na criação dos filhos e no cuidado com o lar.

Nesse contexto, o feminismo da segunda onda também ressignificou o corpo feminino como um espaço de resistência e autonomia. Autoras como Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (1949), exploraram a construção da mulher como o “outro”, ou seja, uma identidade definida a partir da comparação e da subordinação ao homem. Para Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher”, destacando que

as características e os papéis atribuídos às mulheres são construções sociais (BEAUVOIR, 1949, p. 9).

A segunda onda também foi marcada pela crítica às representações da mulher na mídia e na cultura popular, inaugurando uma discussão sobre a objetificação do corpo feminino e a necessidade de desconstruir esses estereótipos. De acordo com Djamila Ribeiro (2017), essa fase foi essencial para visibilizar as opressões invisíveis que afetavam as mulheres: “As feministas da segunda onda trouxeram à tona questões que transcendiam as barreiras legais, abordando a violência simbólica e cultural que perpetua a desigualdade” (RIBEIRO, 2017, p. 42). Nesse sentido, o feminismo começou a se articular não apenas como uma luta por igualdade de direitos, mas também como um movimento que questionava a própria estrutura da sociedade patriarcal.

2.1.3 A terceira onda do feminismo

A terceira onda do feminismo, que emergiu nos anos 1990, veio como uma resposta às limitações das primeiras ondas, ao perceber que a experiência das mulheres não era uniforme. Enquanto as ondas anteriores se concentraram principalmente nas experiências de mulheres brancas, de classe média, a terceira onda trouxe à tona questões de interseccionalidade, ou seja, a intersecção entre opressões de gênero, raça, classe e sexualidade. Este conceito foi amplamente popularizado por feministas negras, como Bell hooks e Angela Davis, que argumentavam que a luta pela libertação das mulheres não poderia ser dissociada de outras formas de opressão.

Angela Davis, em sua obra *Women, Race & Class* (1981). Destacou que as experiências das mulheres negras nos Estados Unidos foram radicalmente diferentes das mulheres brancas, especialmente em relação ao trabalho e à escravidão. Davis argumentava que “o feminismo que ignora a diversidade das experiências das mulheres não pode efetivamente representar todas as mulheres” (DAVIS, 1981, p. 12).

A terceira onda também abordou questões de identidade, gênero e fluidez sexual, expandindo o escopo do feminismo para incluir pessoas de diferentes

identidades de gênero e orientações sexuais. Segundo Lélia Gonzalez (2021), essa pluralidade é uma característica essencial da terceira onda: “O feminismo contemporâneo reconhece que não há uma experiência universal de ser mulher, mas sim uma multiplicidade de vivências que precisam ser ouvidas e respeitadas” (GONZALEZ, 2021, p. 94).

Essa fase do feminismo destacou a importância da pluralidade de vozes dentro do movimento e desafiou a ideia de uma experiência universal feminina. O feminismo da terceira onda é, portanto, mais inclusivo e sensível às particularidades de cada mulher, entendendo que a luta pela igualdade de gênero deve ser adaptada às diferentes realidades.

Conclui-se então que o panorama global do feminismo revela a complexidade e a diversidade das lutas femininas ao longo do tempo. Cada onda trouxe novos desafios e conquistas, moldando o caminho para a emancipação das mulheres. Ao longo dessas fases, o movimento feminista não apenas se transformou em resposta às necessidades sociais de cada época, mas também abriu caminho para novas reflexões sobre gênero, identidade e poder. Compreender essas ondas é fundamental para analisar as particularidades do feminismo no Brasil, o que será explorado no próximo tópico.

2.2 Construção do movimento feminista

A década de 1960 no Brasil foi um período de intensas transformações sociais e políticas, marcado pelo advento da ditadura militar em 1964. Nesse contexto de repressão e censura, o movimento feminista começou a se consolidar, buscando romper com os padrões de gênero e reivindicar os direitos das mulheres. Este movimento, embora ainda incipiente, começou a se articular de forma mais organizada, refletindo a insatisfação das mulheres com as desigualdades persistentes na sociedade brasileira.

A construção do movimento feminista no Brasil na década de 1960 deve ser compreendida em relação a uma série de fatores sociais e políticos. Durante esse período, as mulheres eram amplamente vistas como responsáveis pela esfera doméstica, desempenhando papéis tradicionais como mães e donas de casa. Essa

visão patriarcal da mulher foi contestada por um crescente número de ativistas que buscavam não apenas a igualdade de gênero, mas também a inserção das mulheres na vida pública e política. A obra de autoras como Maria Helena Moreira Alves (1985) evidencia a insatisfação com os papéis sociais impostos: “As mulheres, por muito tempo, foram vistas apenas como suporte da estrutura familiar, ignorando suas contribuições e suas necessidades enquanto cidadãs” (p. 112). Essa análise ainda é relevante para compreender como a repressão social era intensificada pela estrutura política da época.

De acordo com Raquel Barreto (2018), em *Interseccionalidade e Feminismo: Desafios e Desafios no Brasil*, as mulheres brasileiras enfrentavam desafios específicos, como o racismo e a desigualdade de classe, que moldaram um feminismo local adaptado às suas realidades: “As mulheres, ao se organizarem, não apenas questionaram as normas de gênero, mas também o contexto político e econômico que as mantinha subordinadas” (BARRETO, 2018, p. 45).

2.2.1 Influência internacional e avanços educacionais

O movimento feminista no Brasil foi influenciado por correntes internacionais, especialmente pelo que ocorria nos Estados Unidos e na Europa. O acesso à educação e à informação se tornou um fator crucial para o desenvolvimento do ativismo feminino. Muitas mulheres que ingressaram nas universidades passaram a questionar as normas tradicionais e a buscar novas formas de expressão e organização. Segundo Lélia Gonzalez (2021), em *Feminismo Negro e Descolonialidade no Brasil*, “a educação e o engajamento político permitiram que as mulheres negras comesçassem a ocupar espaços de resistência dentro e fora do movimento feminista” (GONZALEZ, 2021, p. 88). O Movimento Feminista foi, portanto, um reflexo da luta mais ampla por direitos civis e sociais, que também incluía a defesa de direitos trabalhistas e a luta contra a repressão política.

Entre os principais eventos que marcaram a história do feminismo no Brasil nesse período, destaca-se a criação da primeira organização feminista do país, o Movimento Feminino pela Anistia, em 1975. Esse movimento não só lutou pela anistia de presos políticos, mas também enfatizou a necessidade de reconhecer as mulheres

como protagonistas na luta pela democracia e pelos direitos humanos. Segundo as ativistas da época, “a luta pela anistia era também uma luta pela liberdade de ser mulher” (Bivar, 2000, p. 75). Essa afirmação revela a intersecção entre os direitos das mulheres e a luta por um Brasil democrático, onde a opressão política também se refletia na opressão de gênero.

2.2.2 Mobilização coletiva e redes de solidariedade

A criação de espaços de diálogo e discussão foi fundamental para a organização do movimento. As mulheres começaram a se reunir em grupos, coletivos e congressos, onde podiam compartilhar suas experiências e discutir suas reivindicações. O I Encontro Nacional de Mulheres, realizado em 1975 em São Paulo, é um marco na história do feminismo brasileiro. Esse evento reuniu ativistas de diversas partes do país e resultou na elaboração de um manifesto que exigia, entre outras coisas, igualdade salarial, direitos reprodutivos e o fim da violência contra as mulheres. O manifesto expressava uma demanda coletiva e uma tomada de consciência sobre as questões de gênero que ainda eram subestimadas pela sociedade.

Um dos aspectos mais importantes do movimento feminista brasileiro na década de 1960 e 1970 foi a sua capacidade de dialogar com outras lutas sociais. As ativistas feministas se uniram a movimentos de trabalhadores, movimentos estudantis e organizações populares, formando uma rede de solidariedade que transcendeu as questões de gênero. Segundo Marina Della Rocha (2019), em *Mulheres, Trabalho e Resistência no Brasil*, a mobilização coletiva do movimento feminista foi essencial para construir redes de solidariedade que transcenderam os limites de gênero: “O feminismo brasileiro, apesar das adversidades, conseguiu se articular com outras lutas sociais, tornando-se um motor importante de transformação política e cultural” (DELLA ROCHA, 2019, p. 63). O feminismo, portanto, não era uma luta isolada, mas parte de um projeto maior de transformação social que buscava uma sociedade mais justa e igualitária.

2.2.3 Avanços e desafios no mercado de trabalho

O impacto do movimento feminista na sociedade brasileira começou a ser visível, especialmente no que diz respeito à educação e ao mercado de trabalho. As mulheres começaram a se inserir em profissões que antes eram consideradas exclusivas para homens, como engenharia e medicina. Essa mudança de paradigma foi acompanhada pela crescente presença das mulheres na esfera pública, desafiando a ideia de que o espaço feminino era apenas o lar. A psicóloga e feminista Bertha K. Lopes (2004) afirma que “a luta por direitos é uma construção que envolve não apenas as mulheres, mas toda a sociedade” (p. 29). Esse pensamento destaca a importância de um esforço coletivo na busca por igualdade e justiça.

2.2.4 Conscientização sobre a violência de gênero

A violência contra a mulher também passou a ser uma questão central na pauta feminista. Embora esse tema já fosse debatido anteriormente, a década de 1970 viu um aumento da conscientização sobre a violência de gênero. As feministas começaram a visibilizar a violência doméstica, o assédio sexual e a exploração das mulheres no ambiente de trabalho. Conforme Djamila Ribeiro (2017), a luta feminista trouxe à tona um debate necessário sobre as relações de poder que perpetuavam a violência contra as mulheres: “Enfrentar a violência de gênero é também enfrentar as estruturas que normalizam e perpetuam a desigualdade” (RIBEIRO, 2017, p. 59). Essa mobilização culminou na criação de grupos de apoio e redes de acolhimento que ofereciam suporte às vítimas de violência. O ativismo em torno da violência contra a mulher foi um dos motores que impulsionaram a legislação e as políticas públicas voltadas para a proteção das mulheres, embora muitas vezes essas iniciativas ainda fossem insuficientes.

Apesar das conquistas, o movimento feminista enfrentou desafios significativos, especialmente no contexto da repressão política imposta pela ditadura militar. As ativistas freqüentemente eram alvo de perseguições, e muitos grupos

feministas foram obrigados a operar na clandestinidade. Esse cenário de repressão não impediu o avanço da luta por direitos, mas tornou as estratégias de mobilização ainda mais criativas e ousadas. O uso de panfletos, artes visuais e performances teatrais como formas de protesto se tornou comum, permitindo que as feministas chamassem a atenção para suas causas mesmo sob vigilância.

Por fim, a construção do movimento feminista no Brasil entre 1960 e 1975 foi um processo complexo, que refletiu tanto as influências internacionais quanto as particularidades locais. As mulheres brasileiras, ao se organizarem e reivindicarem seus direitos desafiava não apenas as normas de gênero, mas também a estrutura política opressiva da época. O legado dessas mulheres continua a reverberar na luta atual por igualdade de gênero, sendo um testemunho da importância da resistência e da solidariedade entre mulheres.

2.3 O contexto Histórico da Mulher no Brasil (1960-1975)

Entre as décadas de 1960 e 1975, o Brasil viveu sob um regime militar que afetou profundamente as estruturas sociais e políticas do país. Durante esse período, a ditadura militar reforçou uma série de valores conservadores que buscavam manter uma ordem social baseada em normas rígidas, especialmente no que se refere ao papel das mulheres. A sociedade brasileira da época incentivava o modelo de família patriarcal e relegava as mulheres a funções domésticas, limitando suas oportunidades de participação política, educacional e econômica (Saffioti, 1976). No entanto, mesmo em um contexto de opressão e repressão, as mulheres brasileiras começaram a questionar e resistir às normas que limitavam suas vidas, plantando as sementes para um movimento de emancipação que ganharia força nos anos seguintes.

2.3.1 Impacto do regime militar e transformações políticas

O regime militar brasileiro estabeleceu um controle rígido sobre diversas áreas da sociedade, buscando evitar qualquer forma de contestação ao governo e promovendo valores que reforçavam a hierarquia e o conservadorismo. Para as mulheres, isso significava uma pressão ainda maior para aderir aos papéis de mãe e esposa, sendo desestimuladas de buscar autonomia ou de questionar sua posição na sociedade. Conforme observa Heleieth Saffioti, estudiosa das relações de gênero no Brasil, “o autoritarismo exacerbado durante a ditadura serviu para reforçar a ideologia patriarcal, onde a mulher é submissa e dependente do homem” (Saffioti, 1976). Apesar das dificuldades, muitas mulheres começaram a se envolver em movimentos de resistência, muitas vezes clandestinos, buscando apoio entre si e começando a questionar suas condições de vida e de trabalho. Djamila Ribeiro (2017) destaca que a repressão política acentuou a luta das mulheres por visibilidade: “Sob a repressão do regime, as mulheres começaram a construir estratégias de resistência que desafiavam as normas patriarcais e exigiam um espaço no debate público” (RIBEIRO, 2017, p. 51).

2.3.2 Educação

O acesso à educação para as mulheres também foi marcado por limitações que refletiam uma estrutura patriarcal. As mulheres tinham um acesso restrito a certas áreas de conhecimento, sendo incentivadas a estudar matérias que correspondiam aos “papéis femininos” na sociedade. Mary del Priore, historiadora especializada na história das mulheres no Brasil, destaca que “a educação formal das mulheres era entendida como uma extensão de suas funções no lar, e não como uma ferramenta para sua independência” (del Priore, 1999). Essa visão limitava suas possibilidades de desenvolvimento profissional, perpetuando o ciclo de dependência econômica e social em relação aos homens.

Ainda assim, algumas mulheres romperam essas barreiras, buscando na educação uma forma de emancipação. Marina Della Rocha (2019), em *Mulheres, Trabalho e Resistência no Brasil*, observa que a educação desempenhou um papel essencial na formação de lideranças femininas durante o período: “Através da educação, muitas mulheres começaram a questionar as estruturas que as confinavam ao espaço doméstico, tornando-se vozes importantes na luta por igualdade” (DELLA ROCHA, 2019, p. 63).

2.3.3 Trabalho e participação econômica

Durante o regime militar, o mercado de trabalho para as mulheres brasileiras era restrito e apresentava grandes desigualdades em relação aos homens. A maioria das mulheres que trabalhavam estava concentrada em áreas como o magistério e o trabalho doméstico, ambas pouco valorizadas e mal remuneradas. O sistema incentivava que as mulheres permanecessem em casa, como forma de garantir a “moral e os bons costumes” da família, o que reforçava os estereótipos de gênero e a divisão sexual do trabalho.

Conforme Heleieth Saffioti observa em seus estudos sobre gênero e patriarcado, “o mercado de trabalho era estruturado de forma a garantir a manutenção das mulheres na posição de dependência econômica, com poucas oportunidades de ascensão ou autonomia” (Saffioti, 1976). Além disso, Lourdes Bandeira aponta que, mesmo nas áreas em que as mulheres conseguiam inserção, como a educação, a precariedade das condições de trabalho era evidente, com baixas remunerações e ausência de garantias trabalhistas. “O trabalho feminino era visto como uma extensão das tarefas domésticas, desprovido de qualquer reconhecimento formal ou social” (Bandeira, 2003). Esse cenário reforçava o ciclo de dependência e subordinação, pois as mulheres tinham que conciliar trabalho externo e responsabilidades familiares, o que limitava ainda mais suas possibilidades de desenvolvimento profissional e pessoal.

A pressão para que permanecessem no âmbito doméstico refletia não apenas uma questão econômica, mas uma ideologia social que via o trabalho feminino como uma ameaça à estabilidade da família e dos valores tradicionais. Em muitos casos, as

mulheres que tentavam obter independência financeira eram vistas com desconfiança ou até mesmo como subversivas. Porém, apesar das adversidades, muitas mulheres buscavam meios de contribuir financeiramente para suas famílias, desafiando a ordem estabelecida e abrindo caminho para a entrada de futuras gerações no mercado de trabalho em condições mais igualitárias. Segundo Lélia Gonzalez (2021), muitas mulheres negras, por exemplo, desafiavam os estigmas de trabalho doméstico e buscavam construir trajetórias independentes, mesmo em condições adversas: “O trabalho feminino, ainda que marginalizado, foi uma forma de resistência e de luta por autonomia” (GONZALEZ, 2021, p. 76).

2.3.4 Participação social e política

Apesar do contexto de repressão da ditadura, as mulheres desempenharam um papel importante em movimentos de resistência, embora freqüentemente de maneira discreta e invisibilizada. Durante esse período, a censura e a repressão dificultaram a organização de movimentos feministas, mas isso não impediu que surgissem redes de apoio e resistência. Mulheres de diferentes origens sociais começaram a se envolver em iniciativas que questionavam tanto a ordem política autoritária quanto a posição subalterna que lhes era imposta pela sociedade. Conforme aponta Eva Blay, “a participação feminina em movimentos de resistência era essencial, ainda que muitas vezes fosse mascarada pela discrição imposta pelo contexto repressivo” (Blay, 1997).

Muitas dessas mulheres se envolveram na luta contra a tortura, pela anistia e pelos direitos humanos, criando redes de solidariedade e apoio para aqueles que sofriam perseguições políticas. Djamila Ribeiro (2017) reforça que essas redes foram cruciais para visibilizar a dupla opressão enfrentada pelas mulheres negras e pobres: “A resistência feminina, especialmente de mulheres negras, revelou as interseções entre raça, classe e gênero no contexto da repressão política” (RIBEIRO, 2017, p. 60). Embora a luta pela igualdade de gênero não estivesse explícita nesses primeiros movimentos, o engajamento feminino trouxe para a pauta social questões relacionadas à opressão e à violência, que futuramente se conectariam às reivindicações feministas de autonomia e direitos. Esse engajamento nos movimentos

de resistência da época abriu espaço para um diálogo que, nas décadas seguintes, resultaria na criação de políticas e organizações voltadas à defesa dos direitos das mulheres.

Mesmo nas camadas sociais mais conservadoras, a percepção de que as mulheres possuíam um papel importante na sociedade começava a mudar. A presença de mulheres em manifestações, por exemplo, desafiava o estereótipo da “mulher recatada” e mostrava que elas eram capazes de atuar politicamente. Blay reforça que “a ditadura militar, ao tentar impor limites rígidos aos direitos civis, acabou motivando a formação de grupos que, ao lutar pela liberdade, promoviam também o reconhecimento dos direitos e da dignidade feminina” (Blay, 1997). Essa participação serviu como uma base importante para o surgimento de movimentos feministas mais organizados e articulados na década de 1980.

Durante o período da ditadura militar no Brasil, as mulheres enfrentaram grandes desafios para ocupar um lugar de maior reconhecimento na sociedade. O regime autoritário não apenas reforçou valores tradicionais que confinavam as mulheres ao espaço doméstico, mas também dificultou o acesso a oportunidades de trabalho e educação. No entanto, a luta silenciosa e a resistência de muitas mulheres durante esses anos serviram como semente para as conquistas que viriam nas décadas seguintes. Autoras como Saffioti, Bandeira e Blay demonstram que, mesmo em um contexto de opressão, a busca por maior autonomia e reconhecimento era uma realidade que impulsionava o desejo por uma sociedade mais justa e igualitária.

A trajetória das mulheres nesse período evidencia a complexidade de sua posição na sociedade brasileira, mostrando que, apesar das limitações, elas foram capazes de abrir caminhos para a transformação social. Esse legado contribuiu para o desenvolvimento de um movimento feminista no Brasil que ganharia força nas décadas seguintes, buscando corrigir as desigualdades estruturais e promover o reconhecimento do papel feminino em todas as esferas da vida social.

2.4 A representação da mulher nos periódicos do Brasil nas décadas de 1960-1975

A representação da mulher nos periódicos brasileiros entre as décadas de 1960 e 1975 reflete um período de intensas transformações sociais e políticas. Nesse contexto, a mídia desempenhou um papel fundamental na construção de imagens e narrativas sobre a feminilidade, que, por sua vez, moldaram a percepção pública e as expectativas sociais em relação ao papel da mulher na sociedade. A abordagem da representação feminina deve ser analisada à luz das teorias de gênero, especialmente considerando a argumentação de Joan Scott (1986), que defende que “gênero é uma forma primária de distribuir poder e construir significado social”. Essa perspectiva permite entender como a construção social de gênero influencia e é influenciada pelos discursos midiáticos da época.

2.4.1 Estereótipos e papéis tradicionais

Os periódicos da época, incluindo revistas de grande circulação como *O Cruzeiro*, *Claudia* e *Manchete*, freqüentemente perpetuavam estereótipos que limitavam as mulheres a papéis tradicionais, enfatizando sua identidade como mães, donas de casa e cuidadoras. Essas representações eram uma extensão das normas sociais conservadoras que predominavam na sociedade brasileira durante a ditadura militar, período marcado pela repressão e pela promoção de valores tradicionais. A mídia contribuía para reforçar a idéia de que a realização da mulher estava intrinsecamente ligada ao sucesso na esfera doméstica.

A figura da mulher como "o anjo do lar" predominava em anúncios e reportagens, que exaltavam suas virtudes domésticas e a habilidade em administrar o lar. Essa construção de significado refletia não apenas um ideal de feminilidade, mas também uma estrutura de poder que colocava as mulheres em uma posição subordinada. A relação de poder entre os gêneros, conforme discutido por Scott revela

que essas representações não são neutras; elas estão inseridas em um contexto social que legitima e mantém as desigualdades de gênero.

Além disso, essa representação da mulher como responsável pelo bem-estar da família trazia à tona a idéia de que sua identidade e valor estavam atrelados ao sucesso como esposa e mãe. Essa noção é explorada por autores como Gilda de Mello e Souza, que em seu estudo sobre a mulher brasileira no século XX, argumentam que a construção da imagem da mulher está diretamente relacionada ao papel que a sociedade espera que ela desempenhe, limitando suas oportunidades de crescimento e realização pessoal.

De acordo com Raquel Barreto (2018), essas representações da mulher na mídia “não apenas reforçavam papéis sociais restritivos, mas também apagavam as experiências das mulheres negras e pobres, cujas narrativas eram freqüentemente invisibilizadas” (BARRETO, 2018, p. 62). Esse apagamento evidencia o caráter excludente das representações midiáticas da época.

2.4.2 A influência dos movimentos feministas

A partir da década de 1960, o surgimento dos movimentos feministas trouxe uma nova perspectiva sobre a representação da mulher. Essa luta por direitos iguais e pela afirmação da identidade feminina começou a se infiltrar na mídia, embora ainda de forma ambivalente. Autoras como Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (1949), e bell hooks, em *Ain't I a Woman?* (1981), desafiaram as narrativas tradicionais sobre as mulheres, propondo que a emancipação feminina e a luta por igualdade de direitos são fundamentais para a transformação social.

Durante esse período, algumas publicações começaram a abordar a luta das mulheres por igualdade e direitos civis, destacando suas conquistas e a importância da educação e do trabalho. No entanto, mesmo quando a mídia começou a incorporar pautas feministas, a representação feminina continuava a ser filtrada por uma lente que muitas vezes enfatizava a "exceção" em vez da norma. As mulheres que se destacavam em suas carreiras ou que se envolviam ativamente na luta pelos seus direitos, eram freqüentemente apresentadas como figuras isoladas, descontextualizadas das lutas coletivas que estavam em curso.

Essa ambivalência pode ser observada em matérias que apresentavam a conquista de espaço no mercado de trabalho como algo digno de nota, mas que também reforçavam a idéia de que a mulher ainda deveria manter suas responsabilidades tradicionais em casa. Essa dualidade nas representações evidencia como as mudanças sociais, impulsionadas pelos movimentos feministas, eram freqüentemente confrontadas por uma mídia que ainda sustentava os ideais conservadores.

2.4.3 Mudanças na representação e relações de poder

Ao longo da década de 1970, a crescente visibilidade das questões de gênero começou a se manifestar mais explicitamente nas representações midiáticas. As revistas começaram a incluir artigos sobre a saúde da mulher, direitos reprodutivos e a importância da educação, refletindo uma evolução nas discussões sobre o papel das mulheres na sociedade. A análise de Foucault (1980) sobre a relação entre poder e discurso ajuda a entender como essas novas representações começaram a desafiar a narrativa dominante.

Durante esse período, algumas publicações começaram a abordar a luta das mulheres por igualdade e direitos civis, destacando suas conquistas e a importância da educação e do trabalho. No entanto, mesmo quando a mídia começou a incorporar pautas feministas, a representação feminina continuava a ser filtrada por uma lente que muitas vezes enfatizava a “exceção” em vez da norma. Lélia Gonzalez (2021) observa que, mesmo com a inclusão de mulheres nas discussões midiáticas, “a luta feminista era freqüentemente apresentada como um fenômeno elitista, ignorando as demandas das mulheres negras e trabalhadoras” (GONZALEZ, 2021, p. 88).

Essa ambivalência também pode ser vista na forma como a mídia abordava os movimentos feministas. Enquanto algumas publicações começavam a oferecer espaço para discutir as reivindicações feministas, freqüentemente o faziam de maneira superficial, tratando o feminismo como uma moda passageira ou uma curiosidade, em vez de um movimento social significativo e necessário. Essa percepção é discutida por autores como Teresa de Lauretis, que enfatiza a

importância de reconhecer e respeitar a diversidade de experiências e identidades dentro do feminismo, em vez de reduzir o movimento a uma única narrativa.

A análise das representações femininas nos periódicos brasileiros entre 1960 e 1975 revela um panorama complexo de estereótipos, transformações e resistências. As mulheres foram freqüentemente retratadas em papéis tradicionais, mas também começaram a emergir novas narrativas que refletiam a influência dos movimentos feministas e das mudanças sociais. Conforme discutido por Joan Scott, a representação é uma construção social que envolve a distribuição de poder e significado. Portanto, as representações da mulher na mídia não apenas refletem as realidades sociais, mas também contribuem para moldá-las.

Essa análise preliminar é fundamental para avançar para o capítulo 2, onde se examinará mais profundamente como a revista *O Cruzeiro* abordou essas representações, e como elas se encaixam no contexto mais amplo das mudanças sociais e culturais do período. Essa transição é crucial para entender a dinâmica da representação da mulher na mídia e suas implicações para a construção da identidade feminina na sociedade brasileira.

3 CAPÍTULO 2: A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA NA REVISTA O CRUZEIRO (1960-1975)

A revista O Cruzeiro, sendo uma das principais publicações da história brasileira, desempenhou um papel central na construção do imaginário coletivo sobre a mulher durante as décadas de 1960 e 1970. Neste capítulo, são analisadas as representações femininas presentes nas páginas da revista, utilizando o conceito de representação para explorar como essas imagens e textos moldaram e reforçaram os papéis de gênero da época.

Segundo Joan Scott, a representação vai além da mera reprodução da realidade; trata-se de uma construção social que reflete as relações de poder e as ideologias dominantes. Para Scott (1992), “representações não são reflexos neutros de uma verdade objetiva, mas sim práticas discursivas que moldam os significados atribuídos a determinados grupos sociais” (p. 35). A partir desse conceito, analisa-se como O Cruzeiro não apenas retratava as mulheres, mas também contribuía para consolidar os papéis sociais atribuídos a elas no contexto de uma sociedade patriarcal e homogênea.

3.1 História da Revista O Cruzeiro: fundação, sucesso e declínio

3.1.1 Fundação da Revista O Cruzeiro e Carlos Malheiro Dias

O Cruzeiro foi uma revista semanal ilustrada brasileira, fundada em 10 de novembro de 1928, no Rio de Janeiro, durante um período de intensas transformações sociais e culturais no Brasil. O final da década de 1920 foi marcado pela urbanização crescente, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde se concentravam as classes médias e as elites urbanas. Essa modernização trouxe novas demandas por informação e entretenimento, impulsionando o surgimento de publicações que pudessem atender a um público mais urbano e cosmopolita. Foi nesse contexto que

nasceu O Cruzeiro, idealizada pelo escritor e jornalista português Carlos Malheiro Dias.

Malheiro Dias, uma figura de destaque no cenário intelectual da época, trouxe para o Brasil a proposta de uma revista inovadora, inspirada em publicações européias como Paris Match. Sua intenção era combinar texto e imagem em um formato visualmente atrativo, que se diferenciasse dos jornais e revistas tradicionais da época. Essa integração entre jornalismo e fotografia – o chamado jornalismo ilustrado – era uma novidade no Brasil e refletia as tendências editoriais que começavam a surgir no cenário global.

Figura 1 - Carlos Malheiro Dias (1875-1941)



Fonte: <https://pt.wikipedia.org> (1917)

Segundo Barreto (2018), "O Cruzeiro surgiu como uma resposta às demandas de um público em transformação, combinando informação e entretenimento em um formato moderno e inovador, que colocava a imagem no centro das narrativas" (p. 65). Essa abordagem diferenciada pretendia conquistar leitores tanto pela estética quanto pelo conteúdo, oferecendo reportagens que captassem o interesse de uma audiência crescente.

Na figura 2 mostra a primeira edição da revista onde foi publicada em novembro de 1928 e apresentou um design gráfico arrojado para a época com fotografias em destaque e um conteúdo que abordava temas como literatura, cultura e atualidades. Com uma tiragem de 50 mil exemplares, o primeiro número da revista O Cruzeiro,

estampava em sua capa o rosto de uma mulher sobre o qual foram colocadas as cinco estrelas da constelação do Cruzeiro do Sul.

Figura 2 - Primeira capa da Revista O Cruzeiro



Fonte: <https://memoria.bn.gov.br>, edição 1, pág. 1, 1928

Segundo Ribeiro (2015), "Carlos Malheiro Dias concebeu O Cruzeiro como uma revista que unisse sofisticação cultural e apelo popular, utilizando-se da imagem como um elemento essencial para atrair o leitor" (p. 112). Essa visão estava alinhada com o desejo de modernizar o mercado editorial brasileiro, que ainda era dominado por publicações textuais e pouco visuais.

3.1.1.1 Os desafios iniciais

Embora inovadora, a proposta de Carlos Malheiro Dias enfrentou dificuldades financeiras e estruturais nos primeiros anos. A tiragem inicial de O Cruzeiro era limitada, e a distribuição restrita às grandes cidades impediu que a revista alcançasse um público mais amplo. Além disso, o Brasil da década de 1920 ainda era um país com altos índices de analfabetismo, o que dificultava a criação de um mercado editorial robusto.

Malheiro Dias também enfrentava o desafio de equilibrar a sofisticação cultural com a acessibilidade necessária para atrair leitores de diferentes perfis. Apesar de seu talento e visão, ele não tinha os recursos financeiros necessários para expandir a

revista e consolidá-la como um veículo de comunicação de massa. Esse fator foi determinante para que, em 1929, ele transferisse a direção da revista para o empresário e jornalista Assis Chateaubriand, que traria uma abordagem mais comercial e popular à publicação.

Segundo Martins (2019), "Carlos Malheiro Dias trouxe inovação ao mercado editorial brasileiro, mas suas limitações financeiras e a falta de uma estratégia comercial robusta impediram que ele alcançasse o sucesso que sua proposta merecia" (p. 134). Apesar disso, sua contribuição foi fundamental para estabelecer as bases de O Cruzeiro como uma revista pioneira no Brasil.

Embora tenha deixado a direção da revista após apenas um ano, Carlos Malheiro Dias deixou um legado importante para o jornalismo brasileiro. Sua visão de integrar texto e imagem, valorizando a fotografia como um elemento narrativo, influenciou não apenas O Cruzeiro, mas também outras publicações que surgiram posteriormente. Sua contribuição foi essencial para modernizar o mercado editorial brasileiro e aproximá-lo das tendências globais.

3.1.2 A liderança de Assis Chateaubriand: transformação e expansão de O Cruzeiro

3.1.2.1 A revolução editorial sob a liderança de Assis Chateaubriand

A entrada de Assis Chateaubriand na liderança de O Cruzeiro em 1929 marcou o início de uma transformação radical na história da revista. Com uma visão empreendedora e estratégica, Chateaubriand enxergou em O Cruzeiro o potencial de se tornar a principal revista do Brasil, alinhada às demandas de um público crescente e em transformação. Ele assumiu o controle da publicação com o objetivo claro de transformá-la em um veículo de comunicação de massa, capaz de informar, entreter e influenciar a sociedade brasileira.

Chateaubriand, já consolidado como um dos maiores nomes da comunicação no país trouxe à revista sua experiência como empresário e jornalista, além de uma abordagem mais comercial e acessível. Seu objetivo era diversificar o conteúdo e

aumentar a tiragem, tornando O Cruzeiro um produto cultural indispensável para os leitores brasileiros.

Figura 3 - Foto de Assis Chateaubriand (1892-1968)



Fonte: <https://chatoreidobrasil.wordpress.com> (2012)

3.1.2.2 As contribuições de Chateaubriand para a revista

Com a liderança de Chateaubriand, O Cruzeiro passou por uma verdadeira revolução editorial e comercial, que consolidou a revista como o principal veículo de comunicação do Brasil. Entre as contribuições mais significativas de Chateaubriand estão:

1. Diversificação do Conteúdo

A revista, que antes tinha um perfil elitista, passou a abordar uma variedade de temas que incluíam política, moda, entretenimento, celebridades e reportagens internacionais. Essa diversificação atraiu leitores de diferentes perfis, consolidando a revista como um veículo de massa.

2. A Integração da Fotografia ao Jornalismo

Chateaubriand investiu pesado em fotografia, contratando alguns dos melhores fotógrafos da época para produzir imagens exclusivas. As reportagens fotográficas se tornaram o ponto forte de O Cruzeiro, ajudando a criar uma nova linguagem visual no jornalismo brasileiro. Segundo Barreto (2018), "A revista se destacou por suas

imagens marcantes, que não apenas ilustravam as matérias, mas era parte essencial das narrativas jornalísticas" (p. 72).

3. Aumento da Tiragem e da Distribuição

Uma das maiores conquistas de Chateaubriand foi à expansão da tiragem da revista, que alcançou números impressionantes, chegando a 700 mil exemplares por semana na década de 1950. Ele também ampliou a distribuição para além do eixo Rio-São Paulo, tornando O Cruzeiro acessível a leitores de diversas regiões do Brasil.

4. Inovação Comercial e Publicitária

Chateaubriand foi pioneiro ao criar parcerias publicitárias que geraram uma fonte estável de receita para a revista. Anúncios de produtos voltados para a família, como eletrodomésticos e cosméticos, eram freqüentemente exibidos nas páginas da revista, moldando as preferências de consumo do público.

5. Consolidação como Ícone Cultural

Sob sua liderança, O Cruzeiro se tornou não apenas uma revista, mas um ícone cultural, representando os valores e aspirações da classe média brasileira. Ela ajudou a moldar a identidade nacional, promovendo ideais como o progresso, a modernidade e a valorização da família.

A entrada de Assis Chateaubriand na liderança de O Cruzeiro não foi apenas uma mudança administrativa, mas uma transformação que redefiniu o papel da revista no Brasil. Sua capacidade de combinar conteúdo de qualidade com estratégias comerciais inovadoras garantiu o sucesso da publicação, que se tornou a principal referência no jornalismo brasileiro durante décadas e deixando um legado duradouro para o jornalismo nacional.

3.1.3 O auge editorial e o sucesso popular

Nas décadas de 1940 e 1950, O Cruzeiro viveu seu auge editorial, tornando-se a revista mais lida e influente do Brasil. Sob a liderança de Assis Chateaubriand, a publicação atingiu uma tiragem semanal de 700 mil exemplares, números impressionantes para a época. Durante esse período, a revista consolidou-se como um marco cultural e jornalístico, com um conteúdo diversificado que abrangia temas como política, cultura, moda, esportes e reportagens internacionais.

Esse sucesso editorial estava diretamente relacionado à capacidade de O Cruzeiro de dialogar com os anseios e as aspirações da classe média urbana brasileira, que crescia rapidamente no cenário de modernização e urbanização do país. A revista não apenas refletia as mudanças sociais, mas também ajudava a moldá-las, sendo considerado um termômetro dos valores e comportamentos da época.

3.1.3.1 A conexão com o público brasileiro

Um dos fatores-chave para o sucesso de O Cruzeiro foi sua capacidade de se conectar diretamente com o público. A revista explorava temas que iam ao encontro das preocupações e interesses da sociedade brasileira, como o debate sobre a modernidade, o papel da mulher na sociedade, o nacionalismo e a ascensão da cultura de massa.

Além disso, as reportagens fotográficas exclusivas e as imagens de alta qualidade foram diferenciais que cativaram os leitores. O Cruzeiro foi pioneira ao utilizar a fotografia como elemento central das narrativas jornalísticas, tornando as matérias mais visuais e envolventes. Barreto (2018) observa que "O sucesso de O Cruzeiro nas décadas de 1940 e 1950 foi sustentado pela sua capacidade de combinar conteúdo informativo com apelo visual, atraindo leitores de diferentes perfis e regiões do Brasil" (p. 78).

Figura 4 – Capa de O Cruzeiro no auge de sua popularidade



Fonte: <https://memoria.bn.gov.br/docreader>, edição 1, pág. 1, 1954.

3.1.3.2 Reportagens e coberturas de grande impacto

Durante o auge, O Cruzeiro foi responsável por coberturas marcantes, que iam desde os grandes acontecimentos internacionais, como a Segunda Guerra Mundial, até eventos culturais e políticos do Brasil. A revista também se destacou por sua abordagem inovadora ao cobrir temas do cotidiano, como moda, comportamento e as transformações urbanas.

Um exemplo notável foi a cobertura da visita do presidente Getúlio Vargas aos Estados Unidos, em 1938, que trouxe imagens exclusivas e reforçou a conexão da revista com o cenário político nacional. Outro destaque foi a publicação de matérias sobre personalidades internacionais, como Marilyn Monroe e Winston Churchill, que aproximavam o leitor brasileiro dos grandes ícones globais.

Segundo Ribeiro (2015), "As reportagens de O Cruzeiro tinham um caráter inovador, combinando a profundidade do jornalismo investigativo com a leveza do entretenimento, o que tornava a revista única em seu tempo" (p. 120).

3.1.3.3 A influência cultural de O Cruzeiro

Além de informar, O Cruzeiro desempenhou um papel fundamental na formação da cultura popular brasileira. A revista foi uma das principais responsáveis por moldar os valores e comportamentos da classe média, promovendo ideais como o progresso, a modernidade e a valorização da família. Ao mesmo tempo, ela ajudou a consolidar a imagem da mulher como dona de casa e consumidora, refletindo os valores conservadores da época.

A publicidade também desempenhou um papel importante nesse processo. O Cruzeiro tornou-se um veículo essencial para grandes marcas, que utilizavam suas páginas para promover produtos voltados para a classe média. Anúncios de eletrodomésticos, cosméticos e roupas eram frequentemente acompanhados de mensagens que reforçavam estereótipos de gênero e papéis sociais.

Martins (2019) argumenta que "A revista não apenas refletia os valores da sociedade brasileira, mas também ajudava a moldá-los, sendo uma ferramenta de consolidação da cultura de massa no Brasil" (p. 139).

3.1.3.4 O modelo editorial de sucesso

O modelo editorial de O Cruzeiro foi amplamente copiado por outras publicações brasileiras, que buscavam replicar seu formato de sucesso. A revista era estruturada de forma a equilibrar entretenimento e informação, alternando entre matérias leves e reportagens profundas. Além disso, a presença de colunas de humor, como as de Millôr Fernandes, contribuía para atrair leitores de diferentes perfis.

Outro aspecto fundamental foi a valorização da fotografia e do design gráfico. Chateaubriand investiu em equipes de ponta, contratando alguns dos melhores fotógrafos e designers da época, o que elevou a qualidade visual da revista. Essa atenção aos detalhes ajudou O Cruzeiro a se destacar em um mercado editorial cada vez mais competitivo.

3.1.3.5 O sucesso popular e o prestígio internacional

O auge de O Cruzeiro também teve repercussão fora do Brasil. A revista chegou a ser considerada um modelo para outras publicações na América Latina, sendo reconhecida por sua inovação e qualidade editorial. Seu sucesso foi tanto que O Cruzeiro tornou-se um símbolo do jornalismo brasileiro, representando o que havia de mais moderno e sofisticado na imprensa nacional.

Esse prestígio internacional reforçou a posição de O Cruzeiro como a revista mais importante do Brasil e ajudou a consolidar o legado de Assis Chateaubriand como um dos maiores nomes da comunicação no país.

3.1.4 Adaptação ao regime militar e o declínio

3.1.4.1 O contexto político e a censura durante o regime militar (1964-1985)

Com o golpe militar de 1964, o Brasil entrou em um período de repressão política e censura, o que afetou profundamente a imprensa. Embora O Cruzeiro fosse amplamente reconhecida por sua influência cultural e jornalística, a revista precisou se adaptar às novas regras impostas pelo regime militar, que limitavam a liberdade de expressão e controlavam o conteúdo das publicações.

O governo militar implementou uma censura prévia, que monitorava e vetava reportagens consideradas contrárias aos interesses do regime. Nesse contexto, O Cruzeiro foi forçada a alinhar seu conteúdo aos valores conservadores defendidos pelo governo, abandonando a crítica política e adotando um tom mais moderado. Segundo Souza (2020), "A censura durante o regime militar transformou publicações como O Cruzeiro em veículos de divulgação de uma visão controlada da realidade, restringindo seu papel como espaço de debate público" (p. 210).

A revista passou a evitar temas controversos e a dar maior destaque a assuntos como o nacionalismo, a valorização da família e a exaltação de figuras militares. Embora essas mudanças tenham permitido a continuidade da publicação durante os anos de maior repressão, elas também contribuíram para a perda de sua relevância intelectual e política.

3.1.4.2 Mudanças na linha editorial e a perda de público

Além das restrições impostas pela censura, O Cruzeiro enfrentou mudanças significativas em sua linha editorial, buscando atender ao público em um cenário de controle político. Essa transição resultou em uma revista mais alinhada aos valores conservadores do regime, o que gerou desinteresse entre os leitores que esperavam uma abordagem mais crítica e ousada.

Barreto (2018) aponta que "A necessidade de adaptar o conteúdo às exigências do regime militar levou O Cruzeiro a perder sua identidade original, o que se refletiu em uma desconexão crescente com seu público" (p. 84). Enquanto outras publicações menores começaram a explorar formas alternativas de jornalismo, O Cruzeiro ficou restrita a uma abordagem segura e pouco inovadora, o que impactou diretamente sua audiência.

A concorrência com a televisão, que começou a ganhar força na década de 1970, também contribuiu para a queda de popularidade da revista. A televisão oferecia um meio de comunicação mais dinâmico e visual, atraindo o público que antes era fiel às revistas ilustradas. A incapacidade de O Cruzeiro de competir com esse novo formato de mídia resultou em uma queda acentuada na tiragem e na receita publicitária.

3.1.4.3 O declínio final e o encerramento da revista (1975-1985)

Os problemas financeiros começaram a se agravar em meados da década de 1970, quando O Cruzeiro já havia perdido grande parte de sua relevância e prestígio. Em 1975, a revista foi descontinuada temporariamente, marcando o início de seu declínio definitivo. Uma tentativa de relançamento em 1977 não conseguiu reverter a situação, pois o mercado editorial brasileiro havia mudado significativamente, e O Cruzeiro já não conseguia competir com novas publicações e com o domínio da televisão.

O encerramento definitivo da revista ocorreu em 1985, após a publicação de 2521 edições. Esse fechamento simbolizou o fim de uma era na imprensa brasileira, marcando o declínio das grandes revistas ilustradas diante das novas formas de comunicação que emergiam no país.

De acordo com Ribeiro (2015), "O declínio de O Cruzeiro foi um reflexo das transformações na sociedade brasileira, que exigiam uma imprensa mais dinâmica e adaptada às novas demandas de informação, algo que a revista não conseguiu oferecer" (p. 122). O avanço tecnológico, as mudanças nos hábitos de consumo de informação e a pressão política foram fatores determinantes para o fim da publicação.

Figura 5 - Capa da última edição da revista O Cruzeiro



Fonte: <https://memoria.bn.gov.br>, edição 2521, pág 1, ano 1985.

Embora tenha encerrado suas atividades, O Cruzeiro deixou um legado significativo para o jornalismo brasileiro. Durante seu auge, a revista foi pioneira no uso da fotografia como elemento central do jornalismo e consolidou o modelo de revista ilustrada no país. Mesmo em seu período de declínio, a revista serviu como um reflexo das tensões políticas e sociais que marcaram o Brasil durante o regime militar.

Atualmente, as edições completas de O Cruzeiro estão disponíveis para consulta no acervo digital da Biblioteca Nacional, onde permite que pesquisadores e leitores revisitem a história da revista e compreendam sua importância cultural e jornalística no Brasil.

3.2 Análise das imagens e textos sobre a mulher na revista

A revista O Cruzeiro desempenhou um papel crucial na construção e disseminação de narrativas sobre o papel da mulher na sociedade brasileira entre as décadas de 1960 e 1975. Suas páginas, recheadas de propagandas, reportagens e imagens, não apenas refletiam os valores culturais e sociais da época, mas também contribuíam para moldá-los. Nesse período, marcado por transformações sociais e pela consolidação do regime militar, a mídia teve uma influência significativa na

perpetuação de papéis de gênero tradicionais e na definição de normas sobre feminilidade.

As representações femininas em *O Cruzeiro* podem ser agrupadas em diferentes modelos de mulheres, que abrangem a dona de casa ideal, a mãe dedicada, a consumidora moderna, o ícone de beleza e glamour, e o objeto de desejo. Cada um desses modelos reflete as expectativas impostas às mulheres da época, reforçando estereótipos e limitando suas possibilidades de atuação na sociedade. Por outro lado, algumas contradições surgem em reportagens que destacavam figuras femininas notáveis, abrindo espaço para um diálogo mais complexo sobre os papéis das mulheres.

Neste tópico, serão analisadas as imagens e os textos que ilustram esses modelos de mulheres, destacando suas conexões com os valores conservadores do período e os impactos dessas representações na sociedade. A abordagem busca compreender como *O Cruzeiro* influenciou e foi influenciada pelas normas culturais e sociais que moldaram a figura feminina no Brasil.

3.2.1 A mulher como dona de casa e guardiã do lar

A mulher como dona de casa ideal foi um dos papéis mais amplamente retratados nas páginas de *O Cruzeiro* entre as décadas de 1960 e 1975. Propagandas de produtos domésticos, como o sabão em pó OMO, ajudaram a reforçar a visão de que o sucesso feminino estava intimamente ligado à eficiência no lar, principalmente no cuidado com a casa e na manutenção da harmonia familiar. Esse papel atribuía à mulher a responsabilidade pela organização doméstica e o bem-estar da família, posicionando-a como a figura central na vida cotidiana do lar.

Uma propaganda do sabão em pó OMO (Figura 6) retrata uma mulher ao lado de seu marido e filho, todos sorrindo e demonstrando uma relação de felicidade familiar. A imagem sugere que, ao utilizar o OMO, a mulher pode manter a casa impecável, proporcionando um ambiente perfeito para a convivência familiar. O produto é mostrado como a chave para o sucesso doméstico, permitindo à mulher equilibrar sua vida familiar com a realização de suas responsabilidades em casa.

Figura 6 - Propaganda OMO



Fonte: <https://memoria.bn.gov.br>, edição 1 pág. 35, ano 1961

Essa representação está em total conformidade com os valores conservadores da época, que reforçavam o papel da mulher como guardiã do lar e da família, mas que também estava diretamente relacionado ao papel do homem como provedor. Enquanto a mulher era representada como a administradora do lar, o homem era retratado como o responsável por fornecer os meios financeiros para que a família prosperasse. Essa complementaridade entre os papéis reforçava a hierarquia social e as expectativas de gênero da época.

Segundo Ribeiro (2015), "O conservadorismo de O Cruzeiro refletia uma sociedade onde as responsabilidades de homens e mulheres eram claramente delimitadas, criando uma dependência mútua que reforçava os papéis tradicionais de gênero" (p. 120). Nesse sentido, as imagens femininas não podem ser compreendidas isoladamente, mas como parte de um sistema que atribuía ao homem a função de liderança e à mulher a de suporte emocional e moral. Em outras palavras, a mulher, embora central no funcionamento do lar, era dependente do homem para sua posição social, o que sustentava a estrutura patriarcal.

Embora essas representações estivessem alinhadas aos valores da época, elas começaram a ser questionadas a partir da década de 1970, com o avanço dos movimentos feministas e a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho. No entanto, O Cruzeiro continuava a reproduzir majoritariamente os estereótipos tradicionais, apresentando a modernidade apenas como uma forma de facilitar as tarefas domésticas, e não como um meio de libertar as mulheres dessas funções. Nesse contexto, a publicidade, ao associar a imagem da mulher com produtos

domésticos, contribuía para a perpetuação de um modelo de feminilidade voltado para o cuidado da casa, sem questionar a divisão de responsabilidades entre os gêneros.

De acordo com Barreto (2018), a revista se tornou um veículo de transmissão de ideologias conservadoras, "cuja representação da mulher reafirmava um modelo de vida familiar patriarcal, no qual a mulher era retratada como um ser destinado a cuidar da casa e da família, uma idéia que, por mais que fosse questionada, continuou a ser promovida em muitos espaços da mídia" (p. 92). As imagens e textos da revista, especialmente nas propagandas, refletiam e reforçavam esses papéis, mantendo a mulher em uma posição de subordinação ao homem, sem oferecer alternativas para sua emancipação.

3.2.2 A mulher como ícone de beleza e glamour

A mulher como símbolo de beleza e glamour foi outra imagem recorrente em O Cruzeiro. As propagandas e reportagens da revista freqüentemente associavam a mulher à busca pela perfeição estética, vinculando sua imagem à beleza física e ao uso de produtos que prometiam realçar essas características. Esse modelo reforçava a idéia de que a mulher deveria estar constantemente preocupada com sua aparência, como um reflexo de seu valor e posição na sociedade.

Um exemplo claro dessa representação é a propaganda do Angel Face da Pond's (Figura 7), que exhibe uma mulher com pele impecável, maquiagem sofisticada e traços delicados. O texto publicitário enfatiza a idéia de que a utilização do produto leva à "suavidade" e "perfeição", associando a mulher a um ideal de beleza que estava muito distante da realidade de muitas mulheres. A propaganda sugere que a mulher deve buscar incansavelmente essa perfeição para ser reconhecida e admirada.

Figura 7 - Propaganda do Angel Face da Pond's



Fonte: <https://memoria.bn.gov.br>, edição 1, pág. 2, ano 1960.

Essa construção da mulher como ícone de beleza é uma das formas mais evidentes de objetificação feminina nas mídias da época. Como Joan Scott (1986) argumenta, as representações de gênero são formas de distribuir poder e significado social. Ao apresentar a mulher como um ideal de beleza a ser consumida, a mídia não apenas estabelece um padrão estético, mas também reforça a idéia de que o valor da mulher está diretamente relacionado à sua aparência. Além disso, as propagandas de cosméticos como o Angel Face da Pond's reforçam um modelo de beleza eurocêntrico e excludente, que privilegiava características como pele clara, traços finos e cabelo liso.

Esse modelo de beleza exalta a idéia de que a mulher deve investir constantemente em sua aparência, muitas vezes negligenciando outras qualidades e habilidades. Em vez de ser valorizada por sua inteligência, competência ou caráter, a mulher era vista, principalmente por essas propagandas, como um produto estético que deveria agradar aos padrões de beleza impostos pela sociedade. Isso reflete o poder da mídia em moldar as expectativas sociais e culturais sobre o papel da mulher, limitando suas possibilidades de atuação.

3.2.3 A mulher como figura materna ideal

Nas décadas de 1960 e 1970, a revista O Cruzeiro desempenhou um papel significativo na construção e reforço da figura da mulher como mãe. Nesse período, a maternidade era exaltada não apenas como uma função biológica, mas como um papel central para a organização social e cultural. A mulher era freqüentemente retratada como a mãe ideal, aquela que, por meio de seu cuidado e dedicação, garantia a saúde física, moral e emocional dos filhos, e, por conseqüência, o sucesso da família. Esse modelo de mãe, dedicado e sacrificial, era o pilar da sociedade patriarcal da época, onde as expectativas sociais sobre o papel feminino estavam intimamente ligadas ao cuidado doméstico e à educação dos filhos.

A mulher era, assim, colocada em um papel quase divino, responsável pela formação do caráter dos filhos e pela manutenção da ordem familiar. O Cruzeiro não só refletia esses ideais, mas também contribuía ativamente para a construção dessa imagem por meio de suas propagandas e editoriais. A figura da mãe idealizada era associada, freqüentemente, à imagem de uma mulher dedicada, calma, amorosa e, ao mesmo tempo, bonita e capaz de manter o lar perfeito. A maternidade, portanto, estava intrinsecamente ligada ao papel da mulher dentro de um modelo tradicional de família, em que seu valor era medido pelo sucesso de suas funções de mãe e cuidadora.

Um exemplo claro dessa construção da figura materna idealizada pode ser visto na propaganda do Leite Ninho, na figura 8, publicada em O Cruzeiro. A frase "Confie em Ninho como eles confiam em você" apresenta a mulher como a figura confiável, a responsável pela nutrição e saúde de seus filhos. Essa mensagem não só exalta a mulher como a pessoa central para o desenvolvimento de seus filhos, mas também a coloca em um papel de sacrifício e dedicação total à família.

Figura 8 - Propaganda do Leite Ninho



Fonte: <https://memoria.bn.gov.br>, edição 4, página 51, ano 1973.

Ao utilizar a confiança como o principal pilar da propaganda, a marca não só associava a imagem de mãe à nutrição, mas também vinculava essa confiança ao caráter da mulher. A frase transmite a idéia de que a mulher, como mãe, tem a responsabilidade moral de fornecer o melhor para seus filhos. A confiança dos filhos é colocada como um reflexo da capacidade da mulher em cuidar da saúde e do futuro deles. O Leite Ninho, ao posicionar a mulher como a principal responsável pela alimentação e saúde dos filhos, reforça a visão de que a maternidade é uma função essencialmente feminina, muitas vezes idealizada como uma vocação natural.

Essa construção da maternidade como algo central à identidade feminina não se limita apenas ao produto, mas se estende ao próprio conceito de mulher. A propaganda reforça a idéia de que a mulher, ao cuidar de seus filhos, está cumprindo seu papel mais importante na sociedade, validando sua identidade e seu valor social com base na sua capacidade de ser uma mãe exemplar. De acordo com Ribeiro (2015), “Ao vincular a figura da mulher à confiança e ao cuidado com a família, as propagandas de O Cruzeiro ajudam a solidificar a maternidade como o papel principal da mulher na sociedade, deslocando sua identidade para o âmbito doméstico” (p. 118).

3.2.3.1 A maternidade como identidade feminina

A associação da mulher à maternidade em *O Cruzeiro* também se reflete em uma compreensão social da mulher como essencialmente ligada ao papel de cuidadora e formadora dos filhos. Em um contexto onde o papel público e político das mulheres eram muitas vezes limitados, a maternidade se tornou uma das poucas funções atribuídas à mulher, e a mais valorizada. A mulher que não se conformava com esse ideal de mãe dedicada ou que buscava fora do lar outras realizações, como o trabalho ou a educação superior, muitas vezes era vista com desconfiança ou até mesmo rejeitada.

Em muitos aspectos, a maternidade representava o único caminho de realização plena da mulher, como uma garantia de sua utilidade social e de sua aceitação em uma sociedade conservadora. Como afirma Scott (2015), “A construção da maternidade não é apenas uma questão biológica, mas uma construção social que define as expectativas sobre o que significa ser mulher em diferentes contextos históricos e culturais” (p. 133). Em *O Cruzeiro*, a construção da mulher como mãe idealizada servia tanto para reforçar os valores conservadores da época quanto para limitar o escopo da identidade feminina a uma função que, embora profundamente valorizada, também a confinava ao lar.

Essa idealização da mulher como mãe, embora fortemente promovida em revistas como *O Cruzeiro*, também gerava pressões e limitações. A sociedade brasileira da época, amplamente influenciada pelos valores tradicionais, via a mulher essencialmente através de seu papel de mãe, o que freqüentemente excluía outras facetas de sua identidade e experiência. A mulher, ao ser limitada a essa figura maternal, não tinha liberdade para explorar outras dimensões da vida, como a carreira profissional, a busca por independência ou o desejo de autonomia.

Como destaca Silva (2017), “Embora a maternidade fosse celebrada como a realização máxima da mulher, essa idealização a privava de sua identidade como indivíduo, limitando suas aspirações ao papel de mãe sacrificada e dedicada” (p. 105). Esse modelo de maternidade, amplamente veiculado por *O Cruzeiro*, ajudava a consolidar a idéia de que a mulher perfeita era aquela que, além de ser bela e graciosa, se sacrificava constantemente em prol da família.

Essa construção do papel materno teve impactos profundos nas mulheres da época, muitas das quais viam suas vidas definidas por esses papéis rígidos. No entanto, com o avanço dos movimentos feministas a partir dos anos 1970, essas construções começaram a ser questionadas, com as mulheres buscando, cada vez mais, um espaço para definir suas próprias identidades, além da maternidade.

3.2.4 A mulher no contexto do consumo

A mulher foi freqüentemente retratada em O Cruzeiro como a consumidora central no contexto do lar, principalmente nas décadas de 1960 e 1970. As propagandas de produtos voltados para a casa, como eletrodomésticos, alimentos e utensílios domésticos, posicionavam a mulher como a responsável pela compra e organização desses itens, associando o consumo à eficiência doméstica e ao status social.

Um exemplo marcante dessa construção pode ser visto na propaganda do refrigerador Consul, publicada em O Cruzeiro. Nessa peça, uma mulher é retratada ao lado de um refrigerador moderno, repleto de alimentos e compras, enquanto seu filho fica sentado ao lado do produto sorrindo. A frase "De repente a família dobrou. Ah, se o refrigerador Cònsul não tivesse sido feito pensando no futuro..." evidencia a idéia de que a modernidade e a tecnologia eram indispensáveis para atender às demandas crescentes da vida familiar.

Essa propaganda posiciona a mulher como uma consumidora estratégica e cuidadosa, capaz de escolher produtos que facilitassem as tarefas domésticas e melhorassem a qualidade de vida da família. O refrigerador Cònsul é apresentado não apenas como um eletrodoméstico funcional, mas como um símbolo de progresso e cuidado, características que estavam intrinsecamente associadas ao papel feminino no lar.

Figura 9 - Propaganda do refrigerador Consul



Fonte: <https://memoria.bn.gov.br>, edição 0029, pág. 02, ano 1967

Ao utilizar expressões como "pensando no futuro", a propaganda também sugere que a mulher deveria ser uma administradora visionária, capaz de planejar para atender às necessidades crescentes da família. Nesse contexto, o consumo não era apenas uma necessidade prática, mas também uma forma de demonstrar dedicação e competência no cuidado da casa.

É importante observar que essa imagem da mulher como consumidora estava intimamente ligada ao papel do homem como provedor. A publicidade da época, embora exaltasse as qualidades femininas no lar, também reforçava a dependência econômica da mulher em relação ao homem. Enquanto a mulher era responsável por administrar e consumir, o homem tinha a função de fornecer os recursos financeiros que permitiam o consumo.

Essa relação de interdependência refletia a homogeneidade da sociedade da época, onde cada indivíduo tinha um papel claramente definido. De acordo com Barreto (2018), "A divisão de papéis entre homens e mulheres na sociedade da época era sustentada por uma visão homogênea das funções familiares, que reforçava a ideia de que cada gênero tinha responsabilidades específicas, complementares, mas hierárquicas" (p. 89). A mulher era exaltada pela eficiência no consumo, enquanto o homem era valorizado por sua capacidade de sustentar a família.

Embora essa estrutura parecesse harmoniosa, ela também limitava as possibilidades de ambos os gêneros. A mulher, confinada ao espaço doméstico, tinha

poucas oportunidades de explorar outras dimensões de sua identidade, enquanto o homem era pressionado a se manter como o único provedor, sem espaço para assumir responsabilidades no lar ou explorar papéis menos tradicionais.

Como aponta Scott (2015), “As representações de gênero na mídia não apenas refletem normas sociais, mas também as produzem, moldando expectativas e comportamentos de acordo com uma ideologia que reforça a desigualdade de papéis entre homens e mulheres” (p. 142). No caso da propaganda do refrigerador Consul, a modernização do lar é apresentada como um avanço, mas apenas dentro dos limites impostos às mulheres, que continuavam sendo vistas como as únicas responsáveis pelo espaço doméstico.

3.2.5 A mulher como objeto de desejo

Entre as várias formas de representação feminina nas décadas de 1960 e 1970, uma das mais marcantes era a associação da mulher ao desejo e à sedução, freqüentemente utilizada em campanhas publicitárias e conteúdos editoriais. A revista O Cruzeiro desempenhou um papel significativo na promoção dessa imagem, explorando o corpo feminino como um elemento central nas narrativas visuais e textuais. Essa abordagem refletia uma sociedade marcada por valores patriarcais, onde o corpo da mulher era freqüentemente objetificado e tratado como uma ferramenta de atração e consumo.

A ênfase na sensualidade feminina estava alinhada com uma visão de mundo que atribuía à mulher um papel passivo e decorativo. Como destaca Scott (2015), “A objetificação da mulher na mídia da época reforçava uma estrutura de poder onde sua identidade estava vinculada ao olhar masculino, apagando sua subjetividade e autonomia” (p. 148). Dessa forma, a mulher era apresentada como um símbolo visual que não apenas satisfazia o desejo masculino, mas também consolidava os papéis de gênero desiguais na sociedade da época.

Um exemplo expressivo dessa representação pode ser observado na propaganda de verão, veiculada em O Cruzeiro. A imagem traz mulheres em trajes de banho, destacando seus corpos sob o sol, acompanhadas da frase “A energia solar é um fato. Ilumina o corpo da mulher e a imaginação do homem”. Essa narrativa

publicitária não apenas evidencia a objetificação do corpo feminino, mas também reforça a ideia de que a mulher existia para inspirar e agradar o homem, relegando-a a uma posição de subordinação no imaginário social.

Figura 10 - Propaganda de verão



Fonte: <https://memoria.bn.gov.br>, edição 1, página 8, ano 1975.

A frase "ilumina o corpo da mulher e a imaginação do homem" sintetiza a dinâmica desigual de gênero da época. A mulher, na propaganda, é apresentada como uma figura passiva, cujo corpo é contemplado e desejado, enquanto o homem assume o papel de sujeito ativo, aquele que observa, deseja e imagina. Essa abordagem reforça a visão patriarcal de que o valor da mulher estava intrinsecamente ligado à sua aparência e à sua capacidade de atrair o olhar masculino.

A exploração da mulher como objeto de desejo não era apenas um reflexo da cultura midiática, mas também uma expressão dos valores sociais da época. A sociedade brasileira das décadas de 1960 e 1970 era marcada por uma estrutura homogênea, onde os papéis de gênero eram claros e complementares, mas também profundamente hierárquicos. Enquanto o homem era exaltado como o agente ativo, provedor e líder, a mulher era relegada a um papel passivo, sendo valorizada principalmente por sua aparência e sensualidade.

Essa dinâmica de gênero era reforçada pela mídia, que utilizava a figura feminina como uma ferramenta de marketing e entretenimento, ignorando suas outras dimensões como indivíduo. Como observa Barreto (2018), "A homogeneidade da sociedade da época não permitia desvios dos papéis de gênero, confinando a mulher

a funções decorativas e relegando-a ao espaço da contemplação” (p. 91). A objetificação do corpo feminino, portanto, não era apenas um reflexo de padrões culturais, mas também uma estratégia para consolidar relações de poder desiguais.

Ao mesmo tempo, a exploração da sensualidade feminina também refletia os limites impostos aos homens pela sociedade patriarcal. O homem era colocado como sujeito ativo, com a função de desejar e consumir a imagem feminina, mas também era pressionado a se conformar a um papel de liderança que o afastava de uma relação mais igualitária e sensível com as mulheres.

A objetificação da mulher estava diretamente ligada à imposição de padrões de beleza rígidos, que funcionavam como uma forma de controle social e cultural. A mulher era pressionada a se conformar a um ideal estético específico, que combinava sensualidade, juventude e magreza. Esses padrões, reforçados por propagandas como a de verão, excluía a diversidade e perpetuavam uma visão limitada da feminilidade, criando expectativas irreais para as mulheres.

Esses padrões não apenas limitavam a autonomia feminina, mas também reforçavam sua dependência em relação ao olhar masculino. Como aponta Ribeiro (2015), "A representação da mulher como objeto de desejo na publicidade não apenas perpetuava estereótipos de gênero, mas também restringia as mulheres a uma busca incessante por validação externa, consolidando sua subordinação no espaço social" (p. 123). Essa dinâmica de controle estético e comportamental era uma ferramenta poderosa para manter as mulheres dentro dos limites impostos pela sociedade patriarcal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou a representação da figura feminina na revista O Cruzeiro durante as décadas de 1960 e 1970, destacando como os discursos visuais e textuais publicados na revista refletiam os valores da sociedade brasileira da época. Por meio do conceito de representação, discutido por Joan Scott, foi possível compreender que as imagens e narrativas construídas na revista iam além de uma simples reprodução da realidade, constituindo práticas discursivas que legitimavam normas sociais e reforçavam estereótipos de gênero.

A pesquisa evidenciou que O Cruzeiro desempenhou um papel crucial na formação do imaginário coletivo sobre as mulheres, apresentando-as em papéis fixos, como dona de casa, mãe ideal, consumidora estratégica e objeto de desejo. Essas representações estavam alinhadas a um modelo social patriarcal, onde os papéis de homens e mulheres eram claramente delimitados e hierarquizados. Enquanto o homem era retratado como provedor e figura pública, a mulher era confinada à esfera privada ou valorizada apenas por sua aparência ou função decorativa.

Além disso, ao longo da análise, observou-se que essas representações dialogavam diretamente com as transformações históricas do período. O contexto político e social da ditadura militar, caracterizado pelo conservadorismo e pela repressão, contribuiu para a manutenção de discursos que reforçavam a homogeneidade social e a complementaridade entre os gêneros. Contudo, ao mesmo tempo, a ascensão dos movimentos feministas e a entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho começaram a gerar tensões nessas narrativas, apontando para um cenário de mudanças e conflitos.

As propagandas analisadas, como as do sabão em pó OMO, do Leite Ninho e do refrigerador Consul, exemplificaram como o papel da mulher era atrelado à eficiência doméstica, ao cuidado com a família e ao consumo moderno. Já outras peças, como a propaganda de verão, evidenciaram a objetificação do corpo feminino, subordinando-o ao desejo masculino. Essas representações, embora refletissem os valores hegemônicos da época, também reforçavam padrões estéticos e comportamentais que limitavam a autonomia das mulheres.

O trabalho também ressaltou a importância de O Cruzeiro como fonte histórica, não apenas pela sua relevância enquanto veículo de comunicação, mas também por sua capacidade de registrar e reproduzir as dinâmicas sociais do Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Por meio das edições digitalizadas da revista, foi possível observar como a mídia da época atuava como um espaço de construção simbólica, onde as relações de poder e os valores culturais eram negociados e reafirmados.

Portanto, este estudo não se limita a compreender as representações femininas do passado, mas também lança luz sobre como essas representações continuam a influenciar as dinâmicas de gênero nos dias atuais. A análise crítica das práticas discursivas da mídia é essencial para identificar e desconstruir estereótipos que ainda permeiam a sociedade contemporânea. Dessa forma, o trabalho contribui para o campo dos estudos de gênero e comunicação, oferecendo subsídios para uma reflexão mais ampla sobre a construção social das identidades femininas e a responsabilidade da mídia na perpetuação ou transformação dessas narrativas.

Por fim, esta pesquisa reitera a importância de revisitar e problematizar as representações do passado para compreender as continuidades e rupturas nos discursos de gênero. Ao trazer à tona essas reflexões, espera-se contribuir para um debate mais profundo sobre igualdade, diversidade e justiça social no Brasil.

5 REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes. O trabalho feminino e as desigualdades de gênero no Brasil. Brasília: Editora UnB, 2003.

BARRETO, Cláudia. A imprensa sob censura: o impacto do regime militar nas revistas brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Jornalismo e Sociedade, 2018.

BARRETO, Raquel. Mulheres invisíveis: gênero, raça e representação social no Brasil. São Paulo: Pallas Editora, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BLAY, Eva. Mulheres e política no Brasil: os desafios da democracia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

DELLA ROCHA, Marina. Mulheres, Trabalho e Resistência no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Feminismo Negro e o Legado de Luta. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

HOOKS, bell. Ain't I a Woman? Black Women and Feminism. Boston: South End Press, 1981.

MARTINS, João. Carlos Malheiro Dias e o mercado editorial brasileiro: inovações e desafios. São Paulo: Editora Cultura, 2019.

RIBEIRO, Ana Paula. O declínio das revistas ilustradas no Brasil: um estudo sobre O Cruzeiro. São Paulo: Editora Comunicação Contemporânea, 2015.

RIBEIRO, Djamilia. Lugar de fala. São Paulo: Pólen, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino d'Almeida. *Educação & Realidade*, v. 16, n. 2, p. 35-53, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero e a política da história. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2015.

SILVA, Maria Clara. A construção social da maternidade no Brasil: discursos e práticas do século XX. Rio de Janeiro: Editora Mulheres e Sociedade, 2017.

SOUZA, Marcos. Controle e resistência: a censura no Brasil durante o regime militar. Porto Alegre: Editora História Viva, 2020

Sites

<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=1> acessado em 30/12/2024